



## À VOLTA DA COMUNIDADE: formações luso-brasileiras em Colóquio

Maria de Fátima Maia Ribeiro

*Uma pátria não pode ser sócia de nenhuma outra. E muito menos ainda um continente. Por isso, a sua fisionomia necessita de acentuar cada vez mais os traços. É no desenho específico deles que o resto da humanidade repara, quando passa da mera cortesia a uma ativa valorização.*

Miguel Torga

Nos últimos anos, idéias e fatos vinculados às relações entre Brasil, Portugal e os países africanos de língua portuguesa tornaram-se notícia e preocupação nas esferas governamentais, nos circuitos acadêmicos e na mídia. Dos incidentes internacionais, envolvendo o trânsito e o exercício profissional de turistas e migrantes, às comemorações dos quinhentos anos dos descobrimentos, a cena atual à volta da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) encontra diversos pontos de articulação com os anos cinquenta, projetando-se no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, promovido, em 1959, pela Universidade da Bahia e pela UNESCO.

Com relação à contemporaneidade, a avaliação do evento passa pelos signos da repetição e da diferença. No Colóquio encontram-se já diversos índices das circunstâncias atuais das relações internacionais entre Brasil e Portugal. Em que pesem a descontinuidade pela qual a história se constitui e a ausência de causalidade, consideramo-lo em termos de urdidura e, sobretudo, da emergência de acontecimentos diferentes, delineando-se já nas circunstâncias geopolíticas do pós-guerra. O Colóquio faz parte de um mundo que é e não é

o de hoje. O seu valor está no fato de nele podermos observar tanto as construções da história moderna, quanto as questões da contemporaneidade.

A idéia de uma comunidade luso-brasileira encontrava larga acolhida, nos anos cinquenta, em vários setores das sociedades brasileira e portuguesa e constituiu-se em questão nuclear do IV Colóquio, situada na base de realização da série dos colóquios internacionais destinados ao “estudo da civilização de língua portuguesa em todas as épocas e lugares em que se tenha manifestado.”<sup>2</sup> No evento de 59, a constituição da comunidade, objeto de comunicações e debates, marcou os discursos oficiais de organizadores e autoridades, como Edgard Santos e Marcello Caetano, e ocupou o centro da cobertura de imprensa. Tornou-se em um de seus objetivos últimos, que exprimia a preocupação obsedante com o estabelecimento de elementos de ligação entre Brasil e Portugal. As palavras de Edgard Santos – “os Colóquios, pedra angular da comunidade”<sup>3</sup> – exprimem o pensamento dos organizadores e de vários coloquistas. As diversas propostas articulavam-se em torno dos papéis reservados às relações Brasil-Portugal, associados ao espaço destinado aos territórios coloniais portugueses, porquanto, em cena, os lugares dos dois países no *mapa-mundi* da época.<sup>4</sup>

A posição de EDGARD SANTOS, ex-ministro da Educação e Cultura, então reitor da Universidade da Bahia e presidente da Comissão Organizadora do IV Colóquio, acerca da comunidade, definindo-se pelos jornais e nos pronunciamentos feitos durante o encontro, é exemplar das expectativas comuns e dos dilemas postos aos dois países.

Edgard Santos toma por pressuposto as circunstâncias históricas do momento, que considera “a hora das articulações internacionais,”<sup>5</sup> ressaltando a política de alianças vigente. Evoca as relações históricas entre a Bahia, o Brasil e Portugal e enfatiza a importância do fomento à aproximação entre os dois países, a que dariam sinais afirmativos o Colóquio e a universidade que o promovia. Sob o peso desses argumentos, Edgard assinala a validade da constituição de uma “comunidade lusíada”,

*...com a inclusão sob este apêlo de tôdas as áreas demarcadas pela mesma língua de Camões. Porque aí, não só o Brasil e Portugal se integrariam, mas todos aquêles povos de além-mar que de nós se aproximam, pelas origens, na formulação de uma existência típica. Africanos e asiáticos de formação lusíada viriam também êles ao nosso encontro, a cujo encontro estamos indo.*<sup>6</sup>

Projeto de devir, Edgard Santos investe a comunidade lusíada da marca de “objetivo grandioso” a ser levado a efeito, com base no passado, enquanto

*...afirmação de uma nova realidade pluridimensional mas unicultural sem par; uma organização mundial que se destacaria pelos caracteres inusitados de sua mensagem; caracteres de um passado definidor como êste que nos dá a tradição de um pequenino-grande povo de navegadores ousados e colonizadores compreensivos, navegadores mais ousados do que quantos no mundo cometeram grandes feitos, e colonizadores que jamais se impuseram de forma discriminatória ou inadaptativa; e a tudo isto se acrescentando as forças presentes da jovem América.<sup>7</sup>*

Para o reitor da Universidade, a versão escolhida para a comunidade a unir Brasil e Portugal constrói-se de elementos literários, desde o nome. Pontuam-na o título e versos de *Os Lusíadas*, numa escolha que traduz o quanto a cultura portuguesa no Brasil passava pelo crivo da sua literatura e, em especial, da sua obra maior, expressão da nação, com que se familiarizavam brasileiros cultos, ao tempo em que mostra a fixação do ideário expansionista em relação a Portugal. Na literatura portuguesa, na alta cultura, aprendia-se a conhecer Portugal, um Portugal marcado pelos grandes feitos, pela navegação e pela conquista, o que é ratificado durante o Colóquio pela maioria dos coloquistas, em seus aportes temáticos, voltados sobretudo para o período colonial brasileiro.

A sua concepção de comunidade lusíada está impregnada dos postulados freyrianos<sup>8</sup> de unidade da cultura lusotropical, do elogio da colonização portuguesa e do caráter diferencial do complexo sócio-cultural daí resultante. Distinguia-a, ainda, da constituição dos demais blocos entre nações, dada a presença de “elementos fundamentais de uma unidade histórica, de uma personalidade multissecular contínua, que as vicissitudes ocasionais não conseguissem destruir.”<sup>9</sup> Na iminência de abordar as tensões da época relativas ao colonialismo, objeto de restrições internacionais, Edgard Santos reporta-se, por contraposição, a duas ordens de motivações para a política de alianças vigente, divisando “interesses coloniais anacrônicos ou fundamentados em legítimas razões racionalmente defendidas,”<sup>10</sup> com o que, sem nomear, outorgava legitimidade ao império colonial português.

Para Edgard Santos, diante das comunidades instituídas, a Comunidade Européia, à frente, o caminho para a projeção internacional perseguida por Brasil e Portugal é o da aliança através da cultura. Em seu discurso, por sob os rasgos retóricos, mesclam-se o senso de realidade e componentes utópicos. Como os postulados humanistas continuamente evocados para os colóquios, suas palavras traduzem o que chama de “idealismo racional” e “fraternidade consciente,”<sup>11</sup> enquanto princípios da ação cultural e das relações internacionais:

*Pela participação do Brasil neste conjunto – dêste Brasil que de si, por etnias e latitudes já se aproxima do entendimento africano – pela combinação daqueles caracteres portugueses, de que nos prevaleceríamos, ou porventura compensaríamos, em outros casos, com os efeitos psicológicos da transplantação para uma terra mais nova, da miscigenação mais intensa, e desta experiência quadri-secular que já constituímos, também, por esta nossa participação, considerável já pelo volume, veríamos por certo desenvolver-se, em escala mundial, uma nova linha de empreendimentos surpreendentes, e que afinal se corporificariam, pelos mistérios do futuro, na constituição intercontinental de um novo mundo.<sup>12</sup>*

Na linha de reiterados localismo e cosmopolitismo – “atento às realidades ambientes [e às] direções do grande mundo,”<sup>13</sup> idealismo e utopia conjugam-se ao senso histórico. Convencido de que “na compreensão de uma comunidade lusíada definiríamos (...) uma orientação da História,” cuja realização, “cabendo aos homens de gênio,” exigiria “a cooperação racional das nossas forças a uma determinada diretriz dos tempos,”<sup>14</sup> Edgard Santos propõe “passos além das áreas luso-brasileiras,” em direção ao “novo mundo ibérico” que conferiria universalidade à projetada comunidade:

*E se falamos ambiciosamente em “mundo ibérico” (...) é que o pensamento quer erguer-se em busca de mais largas visões do tempo. E melancolizado por vêzes por divergências pequenas, compreende a necessidade e deseja equiparar-se à força imensa de outros blocos, para cuja resistência e cooperativo respeito, mister se diria até fôsse entendida por uma nova fórmula cultural federativa – a União Ibérica com que sonharam – meus caros irmãos portugueses – alguns de vossos grandes pensadores.<sup>15</sup>*

A União Ibérica oitocentista, tomada como modelo para a comunidade, articula-se a uma anterior referência modelar de fins do período colonial que aproximara Portugal e Brasil: o reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Edgard Santos chegaria a “propor que os estudos [dos colóquios] se fixassem principalmente na constituição, ainda que remota, e em termos dos tempos novos, daquele império territorial-político com que sonhou D. João VI.”<sup>16</sup> A fantasia colonial trai um discurso com marcas também coloniais, ao menos nos modos por que Edgard Santos recupera, desde o século XIX, essas duas experiências históricas, relacionando-as com os diferentes mundos sociais do presente.

A proposição de uma união ibérica admite, ainda, outra leitura, situada na esfera da história recente. O pronunciamento do reitor resgata uma problemática da época, marcada pelas seculares tensões das relações entre Portugal e Espanha, que se projetavam numa espécie de concorrência pela ascendência sobre o Brasil. Na Bahia dos anos cinqüenta, a colônia espanhola congregava significativo contingente e praticava uma política de aproximação dos estamentos institucionais locais semelhante à portuguesa, cuja comunidade demonstrava já certo cansaço no desempenho. Os laços da Universidade da Bahia com os espanhóis ganhavam vulto similar aos elos com os portugueses, face a que os dirigentes lusos empenhavam-se tenazmente em afirmar a diferença, favoravelmente a seus interesses. A proposta de Edgard Santos, apesar de refletir uma orientação que impunha à sua Universidade, colidindo de frente com as disposições lusitanas para com a Espanha, não poderia ser bem acolhida pela colônia ou pela representação portuguesa ao Colóquio.

Assentado o reitor baiano no lastro da tradição, que evoca, acrescida de traços inovadores, sinal do neoconservadorismo das elites brasileiras,<sup>17</sup> o desejo de aproximação de Portugal e a ânsia de internacionalização articulavam-se, naquele momento, à sobredeterminação política dos investimentos e sentidos propostos. De fundas impregnações elitistas, porquanto apoiada nos “homens de gênio,” no intelectual vinculado à alta cultura, a sua visão de comunidade ampliava-se aos povos ibéricos e ibero-americanos, com o que se conciliavam as tendências pan-americana e pró-lusitana:

*Pois se somos agora – nós, os povos da vanguarda ibérica – nações constituídas, povos que rapidamente se organizariam sob a inspiração de elites bem formadas, conscientes, cada um de nós, dos nossos direitos e deveres, e vigilantes – sobretudo isto – quanto a eventuais contradições que nos envolvem e nos dividam, então esta é a hora em que já nos deveríamos dispor a uma efetiva rearticulação das nossas culturas: luso-brasileira, lusíada e ibero-americana, hoje, organizações que se dispersam pelo mundo, fundamentalmente aproximadas por importantes elementos culturais, mas desarticuladas quanto à elaboração de um programa de fortalecimento comunitário, conseqüentemente afirmativo e respeitável.<sup>18</sup>*

Esse projeto de comunidade forte e respeitável, voltado para a “efetiva rearticulação das culturas luso-brasileira, lusíada e ibero-americana,” aproximava a América e a Europa, desvelando a ambigüidade brasileira da época quanto a Portugal. O discurso de Edgard Santos acentua-a ainda

mais ao tentar relativizar o peso conferido ao ibérico, em favor do luso, através da afirmação dos “interesses culturais de uma nação centralizante,”<sup>19</sup> no âmbito dos colóquios luso-brasileiros. Ao conferir um único centro para os colóquios e ainda ocupado por uma única nação, a afirmação de Edgard Santos atualizava ideário corrente, segundo o qual, no melhor estilo lusotropicalista, Portugal e Brasil constituíam uma só nação, nação referida por ele mesmo, como pátria.<sup>20</sup> Calcada no culto às origens, a retórica da comunidade, marcada pelas da amizade e da fraternidade, punha-se a serviço de investimentos pragmáticos.

A posição de Edgard Santos vai encontrar ressonância relativa na concepção de “comunidade cultural luso-brasileira” esboçada no discurso de MARCELLO CAETANO à mesma sessão inaugural do Colóquio. Para o presidente da delegação portuguesa e ex-ministro do Ultramar, “formamos uma Comunidade que, sem jactância, pode dizer-se ecumênica.”<sup>21</sup> A comunidade seria já uma realidade, que o futuro presidente do Conselho de Ministros de Portugal procura descrever. Sob aquela rubrica, considera o Brasil e Portugal com suas colônias da África, Ásia e Oceania, evoca-as reiterada e detalhadamente, a título de pertencimento colonialista e da convergência de interesses, colocando, no centro, Portugal metropolitano, numa estratégia visível de exibição de forças do império colonial.

O papel privilegiado que atribui a Portugal pode ser percebido em sua fala, quando exclui o continente europeu, correlato a Portugal, da extensa lista dos objetos de interesse da Comunidade situados nos outros continentes. Em seu discurso, o termo “Comunidade” exprime um sujeito único, Portugal, do qual os demais se tornam objetos. Não obstante o emprego da primeira pessoa do plural, ao menos em significativo momento do discurso, onde está “Comunidade”, pode-se ou deve-se ler Portugal:

*Eis como a nossa Comunidade não pode ser indiferente à sorte de nenhum dos grandes conflitos que nesta hora de crise agitam a humanidade. Interessada nas Américas, através do Brasil e através das grandes colônias portuguesas existentes nos Estados Unidos. Interessada em tôda a África tropical em termos tais que se é certo que quaisquer acontecimentos decisivos da África ao norte do Equador se poderão repercutir nos territórios portugueses, não é menos que os destinos da África central e meridional têm a sua chave a Ocidente em Angola e no Oriente em Moçambique. Interessada na Ásia, onde o nacionalismo indiano e o nacional-comunismo chinês se passam às portas de Goa e de Macau. Como interessada está no despertar da Indonésia e nos destinos da Austrália, pela posição de Timor.*<sup>22</sup>

Nesse claro exercício de visão estratégica, o Brasil, as comunidades portuguesas dos Estados Unidos e os territórios da África, Ásia e Oceania, que evita chamar de colônias, objeto da atenção da comunidade, mais que luso-brasileira, portuguesa, formam um conjunto em que o Portugal europeu apenas pode encontrar seu lugar no lugar da própria comunidade. A “nossa Comunidade” é apresentada por Marcello Caetano sobremodo como uma comunidade que tem por sujeito, centro e sede Portugal continental, ao fim e ao cabo, às voltas com colônias suas. O imaginário colonial, que produz o discurso tanto quanto o Colóquio, repõe o Brasil ao lado dos territórios coloniais e de núcleos de migração, excluindo Portugal, de parceiro tornado em sujeito e agente principal, senão único, com papel de protagonista.

No momento em que Marcello Caetano procura colocar os dois países de língua portuguesa em relação de igualdade, a atitude sobranceira e paternalista portuguesa deixa-se flagrar ao atribuir ao Brasil uma posição “compreensiva” quanto à necessidade e vantagens da aproximação, que não poderia “desdenhar”:

*Que esta disseminação de valores lusíadas pela face da Terra constitui a origem de uma riqueza espiritual que é patrimônio comum dos dois grandes povos da língua portuguesa d'aquém e d'além Atlântico, compreendeu-o claramente o Brasil. Compreendeu claramente que, nesta época em que são transcendidos os nacionalismos por fórmulas políticas mais amplas, mesmo quando, sem correr a aventura da integração, os complexos supra nacionais se baseiam em sistemas orgânicos de cooperação, colaboração e aliança de um povo como o brasileiro em pleno crescimento, dispendo de ilimitadas reservas de energia e de espantosa capacidade de potenciação, não pode desdenhar as extraordinárias possibilidades que no domínio da cultura lhe são abertas pelo uso duma língua tão largamente espalhada e a que corresponde uma História tão prodigiosamente rica.<sup>23</sup>*

George AGOSTINHO DA SILVA traz para o Colóquio a concepção de comunidade luso-brasileira marcada pela diferença radical relativamente a todas as acepções de comunidade correntes à época. A comunicação *Condições e missão da comunidade luso-brasileira*<sup>24</sup> empresta à idéia da comunidade uma notação universalista de cunho espiritual, articulada, todavia, ao mundo histórico-social.

A posição personalíssima que defendia alinha-se à inserção do autor nas culturas portuguesa e brasileira dos anos cinquenta, porquanto um misto de educador, filósofo e pensador, considerado como uma espécie de

guia espiritual de parte da intelectualidade brasileira e portuguesa deste século. Trazendo o seu discurso para a *praxis* social, desempenhava Agostinho papel relevante na vida cultural da sua época, seja em sua vinculação à fundação e organização de universidades brasileiras, seja no caminho que levou à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, consumada em 1996. As linhas gerais do seu pensamento quanto à ação cultural portuguesa e brasileira delineiam-se no texto da comunicação e em seus pronunciamentos à mesa-redonda *Problemas africanos de interesse luso-brasileiro*.<sup>25</sup>

Com Agostinho da Silva, defrontamo-nos sobretudo com o questionamento e com a contestação. Por entre críticas à organização social e política de Portugal e do Brasil e às práticas culturais correlatas, colocou em primeiro plano, e em oportunidade única no Colóquio, a impugnação do persistente colonialismo português, articulada ao questionamento da comunidade luso-brasileira nos moldes pelos quais se apresentava à época e no evento, sobretudo por Edgard Santos e Marcello Caetano. Para Agostinho, não se “trata somente de arquitetar mais um bloco económico ou político ou de ligar por um impulso puramente sentimental regiões que têm de comum a origem, as tradições ou a língua,”<sup>26</sup> mas da criação de uma “comunidade universal,” de carácter religioso e místico, com traços messiânicos, contradita das condições coloniais, em nome do respeito à diferença, à liberdade e à autonomia dos povos subjugados.

Distanciado dos componentes iluministas dominantes no encontro e nas demais concepções de comunidade e evocando “as linhas mestras da estrutura portuguesa antes de ter sido ela abalada pelo Renascimento europeu,”<sup>27</sup> Agostinho projeta a sua comunidade no campo da promessa, com insólita, senão paradoxal, inserção histórica:

*A Comunidade Luso-Brasileira tem de ser, quando existir, não outra qualquer espécie de Império, uma força concorrendo com outras forças, uma outra centralização que siga a monótona corrente das centralizações, mas realmente o começo de uma vida nova para a Humanidade, o primeiro passo seguro para a reconquista de um Paraíso que só tem estado em espírito de teólogos ou de filósofos ou de poetas, mas que jamais entrou nas cogitações de políticos; a linha mística e religiosa tem de ser aqui mais importante do que as argúcias dos realistas que manejam homens como se eles não fossem à imagem e semelhança de Deus: e nenhuma economia, nenhuma sociologia, nenhum ato humano verdadeiramente criador tem de ser considerado senão como o sinal, a manifestação e a indicação de que está na vontade divina, na própria estrutura do evoluir do mundo, que êle siga pelos caminhos a que a Comunidade o pode dirigir.*<sup>28</sup>

Contrastando com a crítica ao anseio de dominação embutido na idéia de Império, a aventura dos descobrimentos e da expansão marítima portuguesa recebe sinal positivo, na medida em que estava em consonância com a “tendência expansionista e missionária que sempre foi a da nossa gente.”<sup>29</sup> “A missão essencial dos portugueses foi a de cristianizar o mundo, unindo os homens, chamando-os a uma plena fraternidade.”<sup>30</sup>

Agostinho propugna uma “plena tomada de consciência” desse sentido missionário da expansão, uma vez que “só o mesmo critério poderá valorizar a Comunidade entre os atuais blocos de povos.”<sup>31</sup> A comunidade luso-brasileira define-se, então, enquanto “comunidade de missionários,” regida por princípios e propósitos espirituais, à conta da “fôrça germinativa e expansionista da idéia de Espírito universal” que, segundo ele, os portugueses “antes de mais serviam,”<sup>32</sup> definindo-lhes o ser-e-estar-no-mundo.

Os matizes multiplicam-se. Embora adote perspectiva universalista e preconize a independência das colônias, elas figuram no panorama traçado por Agostinho da Silva, sob a tutela portuguesa, fora da comunidade: a independência é condição para o pertencimento. Problematisa-se a questão durante a mesa-redonda *Problemas africanos de interesse luso-brasileiro*, quando Agostinho, entre os “problemas” prementes a serem enfrentados pela comunidade constituída apenas por Portugal e Brasil, alinha a posição – futura – das colônias, uma vez independentes:

*...o que pensarão de nós, no futuro, milhões de africanos. (...) No futuro os africanos resolverão o problema da África e que pensarão de uma comunidade luso-brasileira?*

*Até hoje pensamos que os problemas de uma comunidade luso-brasileira se limitam a Lisboa e Rio de Janeiro. Mas, como se integrarão nesta comunidade grupos que no futuro já não serão colônias de Portugal, mas milhões de seres humanos?*

*O que é que países como Angola e Moçambique irão pensar de uma comunidade luso-brasileira?*<sup>33</sup>

Considerando ser esse “outro problema, não apenas econômico (e os problemas econômicos são também espirituais) mas de comunidade e próprio da associação luso-brasileira,”<sup>34</sup> cogitava uma destinação para as colônias no sentido relacional. No texto da comunicação, defendia que os “territórios ultramarinos que viessem a libertar-se plenamente da antiga metrópole ofereceriam ideais posições de contato”<sup>35</sup> dentro da Comunidade a se constituir. Portugal “passaria a não ser mais do que o território mais apropriado para os contactos europeus que ainda houvesse a fazer e o

necessário ponto de apoio para a realização de uma verdadeira Espanha,"<sup>36</sup> em sintonia com o seu iberismo.

Entre a "Comunidade universal e missionária" de Agostinho, o regime colonialista português e o projeto desenvolvimentista e modernizador brasileiro, definia-se uma grande distância, que se reflete no silêncio sobre o seu texto. Apesar de a documentação do Colóquio apenas registrar breves e inexpressivas intervenções, o seu texto pode ser tomado como índice da amplitude do imaginário à volta da comunidade, bem como expressão da singularidade de uma das vozes mais atuantes na cena cultural da Bahia, do Brasil e de Portugal à época.

Em contraponto à comunidade universal e espiritual de Agostinho da Silva, o diálogo entre Brasil e Portugal adquire uma versão pragmática com FRANCISCO VIEIRA DE ALMEIDA, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A comunicação *Analogia e diferença de gênese*<sup>37</sup> procede ao estudo das relações culturais entre os dois países, a que se prendiam propostas de cooperação e de intercâmbio culturais. O seu texto, apesar dos graves problemas estruturais, suscitou a discussão mais distendida do Colóquio acerca do tema, que ocupou toda a sessão em que se apresentara ao público.

Com base nas condições históricas dos dois países e nas direções da política internacional da época, Vieira de Almeida propõe-se a indicar o caminho para o aprofundamento das relações culturais luso-brasileiras, sob o prisma de uma comunidade tomada como "contacto urgente e realizável desde já."<sup>38</sup> Partia o autor dos vínculos históricos entre Portugal e Brasil, para propor a cooperação bilateral nos terrenos da cultura. Até certo ponto aproximando-se da posição de Edgard Santos quanto ao cenário mundial, Francisco Vieira de Almeida considerava sobretudo a emergência do processo de "internacionalização ou supernacionalização,"<sup>39</sup> que caracterizava pela predominância de investimentos transnacionais na economia política e na cultura à época, face aos quais defendia a necessidade de constituição de uma política cultural a unir os dois países.

A proposta de comunidade defendida contava com uma curiosa "congregação consentida" *versus* "sujeição imposta,"<sup>40</sup> que atingia o colonialismo português imprimindo-lhe revisão em termos de uma suposta congregação entre metrópole e colônias, no lugar da sujeição histórica, ao tempo em que se aplicava às relações entre Portugal e Brasil. Diante do imperativo da cooperação econômica e das limitações políticas, a colaboração cultural configurava-se como a "via livre" que se concretizaria na proposição da comunidade, tomada como idéia que "reaparece com intensidade maior" àquela época de "hesitação e de reconstrução da vida política e económica do mundo."<sup>41</sup> Para Vieira de Almeida, naquele

momento, “fecundo para intensificação de (...) relações”<sup>42</sup> entre Portugal e Brasil, não havia lugar para uma determinação material, porquanto deveriam ocorrer no terreno da cultura, com base na “boa vontade” e na “compatibilidade da congregação de interesses:”

*...a lusitanidade (como agora se lhe tem chamado) luso-brasileira será simultâneamente demonstrativa da boa vontade dos dois países e da perfeita compatibilidade da congregação material ou espiritual de interesses com a independência dos elementos congregados.*<sup>43</sup>

A despeito de a comunidade haver sido confundida com lusitanidade – eco talvez da *hispanidad* propalada por Franco, ou da sobrançeria de Portugal face ao Brasil –, a comunicação afirma a necessidade de organização do intercâmbio luso-brasileiro. Propunha Vieira de Almeida um programa de intercâmbio cultural regulado por cinco “preceitos práticos iniciais.” Em linhas gerais, “esse contacto urgente” ocorreria mediante a “supressão do carácter oficial a entidades ou organismos que tivessem a função de activá-lo, conduzi-lo e mantê-lo,” as universidades e “colectividades de carácter privado”, através da “troca permanente (...) de estudantes e mestres”<sup>44</sup> e da criação de cursos universitários.

A sua proposta, embora o autor não o reconheça explicitamente, seguia de perto os termos do Acordo de Cooperação Intelectual e do Tratado de Amizade e Consulta, respectivamente assinados pelos dois países em 1948 e 1953,<sup>45</sup> restringindo-se, porém, a assegurar os trânsitos culturais. Segundo Vieira de Almeida, com a assunção das medidas, resolver-se-iam graves problemas existentes nas relações culturais luso-brasileiras, dentre os quais destacava “ênfase, espectacularidade e reclamo [que] cederiam o passo a uma actividade normal, sem ruído e sem retumbância,” “má seleção ou falta completa de seleção (...) substituídas pelo cuidado inerente à responsabilidade (...) da entidade a quem a iniciativa pertencera” e “descontinuidade episódica, de fraco rendimento (...) removida por uma continuidade planeada.”<sup>46</sup>

Na proposição de comunidade luso-brasileira, Vieira de Almeida levava em consideração apenas o Brasil e Portugal, esse sem qualquer menção direta às colônias, não obstante a sugestão preliminar de “congregação consentida” contraposta ao sistema colonialista. Conclui, porém, a comunicação, apresentando uma outra proposta correlata, desta feita concernente a Angola em particular, a título de “urgente e da maior importância:” “a elevação da província de Angola, onde aliás a ideia da comunidade espiritual luso-brasileira lançou raízes, a um regimen e nível

de cultura tal que nela possa estar o terceiro vértice do triângulo da atlanticidade luso-brasileira.”<sup>47</sup>

Em sua configuração triangular, a comunidade luso-brasileira concebida por Vieira de Almeida resgatava no continente africano a colônia portuguesa de maior expressão à época, ao tempo em que o proponente, paradoxalmente, falava em nivelamento das vidas cultural e social e assegurava a Lisboa condição única em Portugal: “de modo que a um Portugal definitivamente nivelado na cultura, na vida social, e no labor comum, só corresponda verdadeiramente uma ‘metrópole’: a cidade de Lisboa, pela heráldica pura do testemunho histórico e pelo valor supremo da fraterna cooperação.”<sup>48</sup>

A comunicação *Analogia e diferença de gênese*, ou “Intensificação do convívio luso-brasileiro,” como sugeriu o autor, foi recebida sobretudo como estímulo à discussão. A começar pelo relatório de Nelson Sampaio, as posições diante do tema sucederam-se, prevalecendo a acolhida das propostas em meio a expressivos questionamentos. Embora muitas vezes o vínculo não fosse explicitado, os pronunciamentos seguiam uma lógica de aproximação e distanciamento quanto a dispositivos governamentais.

As intervenções guardavam relação direta com o Acordo de Cooperação Intelectual entre Brasil e Portugal, em especial no estímulo ao intercâmbio universitário que propugnavam. Instauravam a aproximação com o Tratado de Amizade e Consulta, que instituía formalmente a comunidade luso-brasileira e legislava sobre a imigração, colocadas em cena. Tal correlação seria assinalada pelo diplomata brasileiro Meira Pena:

*...a comunidade luso-brasileira de certo modo já caminhava para aquela integração defendida pelo Autor (ainda que por entidades distintas, já que através dos dois governos) uma vez que já se firmara um “Tratado de Amizade [sic] e Consulta” entre Brasil e Portugal que necessita, apenas, da sua regulamentação por ambos os países.*<sup>49</sup>

Não obstante a recorrente convergência de posições e de iniciativas oficiais em torno da comunidade, as divergências apresentaram-se, envolvendo as relações entre os países. A dissonância mais contundente viria à cena durante a mesa-redonda *Problemas de estudos luso-brasileiros*. É curioso que o mesmo diplomata Meira Pena, do alto da sua condição de chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, enuncie a prioridade das relações do Brasil com a América Latina, face à aproximação com Portugal, o que traduz, ou trai, uma posição oficial brasileira, a apontar para a Operação Pan-Americana:

*...embora reconhecendo a grande importância para nós dos que ocupam cátedras de estudos luso-brasileiros no exterior, devemos preocupar-nos com a difusão da cultura brasileira na América Latina, onde a ação deve ser unilateral, brasileira apenas. Talvez o luso deva ser posto à parte. O que interessa é salientar a Comunidade Pan-Americana.<sup>50</sup>*

Nacionalismo, defesa da autonomia, interesse em “mostrar o Brasil” pontuam a sua fala. Não há registro de réplica. Esboça-se a resposta na voz também isolada de Francis Rogers (Universidade de Harvard), para quem “dever-se-á decidir se existe realmente uma comunidade luso-brasileira”<sup>51</sup>. A abrupta mudança de assunto na súmula da reunião faz inferir o silêncio face a tais pronunciamentos.

O contradiscurso seria atenuado na forma de ambigüidade, nas propostas de incorporação dos países de língua espanhola à comunidade, já defendida por Edgard Santos. No campo dos debates, oportunidade de reflexão mais prolongada, uma comunidade hispanotropical seria objeto de atenção de luso-brasilistas.

Essa seria a posição de Francis Rogers, secundado por Lewis Hanke (Austin University) – ambos fundadores da série dos colóquios –, que sugeriu “ampliar-se o conceito da comunidade (...) a Espanha e Hispanoamérica, já que isso lhe parecia exequível, dadas as enormes semelhanças socio-culturais dos referidos povos com os de Portugal e Brasil.”<sup>52</sup> Embora o critério de aproximação fosse a semelhança de caracteres culturais e históricos, a questão envolvia as relações entre Portugal e Espanha, focos de forte tensão até os dias de hoje, e objeto de restrições diversas, movidas por diferentes motivos. George Agostinho da Silva, por razões políticas, e Alberto Franco Nogueira, alegando “identidade cultural-histórica” rechaçaram a proposta.

A idéia de comunidade luso-brasileira prevalece sobre a proposta amplificadora, acompanhada ainda de questionamentos de ordem econômica. Suscitou-os Geraldo Danemann, exportador radicado na Bahia, ao expor a suspeita “quanto a um enfraquecimento da idéia de comunidade luso-brasileira diante da participação de Portugal, em vias de consumar-se, de uma área de comércio livre, na Europa.”<sup>53</sup> A preocupação do empresário com as direções da política integrativa de mercados apontava para as bases e motivações econômicas da comunidade, tópico sintomaticamente obliterado no encontro por envolver os problemas nas relações Brasil-Portugal. Durante a mesa-redonda *Problemas africanos de interesse luso-brasileiro*, os economistas Manoel Pinto de Aguiar e Rômulo Almeida expõem os entraves mais prementes à efetivação da comunidade:

a concorrência africana –i.é portuguesa – ao café brasileiro e as barreiras alfandegárias. Tais assuntos mantidos à margem e tratados com nítido desconforto, foram levantados em nome da superação gradativa para a aproximação e desenvolvimento dos dois países.

Nos acordos e dissonâncias acerca da importância e modos da comunidade, confrontavam-se defensores e críticos da idéia. Por entre as propostas de encarecimento do projeto, articuladas às demandas nacionais em jogo, divisam-se sinais de desqualificação da idéia, que viria a prevalecer.

O Colóquio ocorreu em 1959, às vésperas do governo Jânio Quadros, que, em nome de uma política externa independente, reverteria o quadro das relações luso-brasileiras, com base na posição brasileira sobre a África e o colonialismo português. Pelo lado português, realizou-se dezoito meses antes da insurreição em Angola, início da Guerra Colonial que viria a alterar o cenário português, as relações com as colônias e com o Brasil. Ao longo da Guerra Colonial, a ficção de um império desmorona, levando consigo as fabulações acerca de colóquios, universalidade, ecumenismo e humanismo: a pretendida identidade transnacional cede lugar a identidades nacionais, antes obliteradas e silenciadas, por entre mecanismos de interlocução e confronto movidos por forças que lhes conferem perfis e espaços próprios nos mapas políticos e culturais.

Nos anos oitenta/noventa, sob o prisma da diferença e da repetição, em que não há espaço para um paradigma calcado na continuidade, mas sim na descontinuidade marcada pelos desvios, recuos e revisões, a idéia de comunidade ressurgiu com desdobramentos: agora amplia-se nos “países de língua portuguesa,” pensada e planejada a partir de um “Portugal europeu,” com todas as amarras e restrições que a União Européia impõe aos não-europeus, brasileiros e africanos.

O IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Salvador, em 1959, permaneceu em latência, assim como os seus registros, até chegarem às nossas mãos, como desafio de trabalho. A importância de conhecê-lo hoje parece-nos estar demonstrada nestas páginas. Se não nas nossas palavras, nas que foram proferidas nele ou no seu entorno. Todas elas anunciando o tempo de agora. A transnacionalidade, a globalização, as tensões entre Portugal, Brasil e países centrais da economia mundo, o desejo de uma comunidade que, restaurando – em diferença, espera-se – as afinidades produzidas pela experiência colonial, dê forças à comunidade lusófona, não mais luso-brasileira. Pois entre 59 e 99 a diferença primordial continua a estar “em África.”

## Bibliografia

- Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros*, 4. Livro da organização e programação. *Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros*, 4. Livro dos resumos. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.
- Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros*, 4. Documentação para a editoração dos anais. Salvador: UFBA, 1959. Material de Arquivo.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 11ª reimpr. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 15-37.
- FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais/Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*; aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.
- FREYRE, Gilberto. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Minas Gerais: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais/Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- GONÇALVES, Williams S. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no Governo Kubitschek*. São Paulo: 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1992.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal, 1997.
- MATTA, José Caeiro da. *A comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1955.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade, alteridade*. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação) – FACOM – UFBA, 1999.
- SANTIAGO, Silviano. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *Cultura brasileira: tradição e contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987. p. 11-45.
- SANTOS, Edgard. *Afirmações e testemunhos*. Salvador: Departamento Cultural da Universidade Federal da Bahia, 1971.

## Notas

- <sup>1</sup> Para a perspectiva genealógica da história enquanto pesquisa da proveniência e da emergência, cf. Michel FOUCAULT. Nietzsche, a genealogia e a história. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 11 reimpr. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 15-37.
- <sup>2</sup> Cf. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4. Livro da organização e programação. Salvador: Imprensa Oficial, 1959. p. 21
- <sup>3</sup> Cf. Edgard SANTOS. *Diário da Manhã*. Rio de Janeiro, 26.?.[1959?]. Material de arquivo, integrante do acervo do IV Colóquio, fonte da nossa pesquisa, o recorte de jornal, como muitos outros, não expõe a data. Considerando o teor da matéria, o ano da edição seria anterior ao Colóquio, entre 1958 e 1959. Cf. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4. Documentação para a editoração dos anais (DEA). Recortes de jornais e periódicos (RJP). Salvador, 1959.

- <sup>4</sup> Aprofundam-se as questões aqui tratadas em nossa tese de doutorado *IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS: relações culturais, identidade, alteridade*. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação) – FACOM – UFBA, 1999. Para a avaliação dos entornos, cf. ainda Williams GONÇALVES. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no Governo Kubitschek*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1992.
- <sup>5</sup> Cf. Edgard SANTOS, *ibid.* Discurso na Sessão de Abertura. p. 4. DEA – Discursos (D).
- <sup>6</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 5.
- <sup>7</sup> Cf. *id.*, *ibid.*
- <sup>8</sup> Cf. Gilberto FREYRE. *O mundo que o português criou*; aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Lisboa: Livros do Brasil [1940]; *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais/Junta de Investigações do Ultramar, 1958; *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Minas Gerais: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais/Revista Brasileira de Estudos Políticos, [1960].
- <sup>9</sup> Edgard SANTOS. Discurso na Sessão de Abertura, p. 5. DEA-D.
- <sup>10</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 4.
- <sup>11</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 9.
- <sup>12</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 5-6.
- <sup>13</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 3.
- <sup>14</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 6.
- <sup>15</sup> Cf. *id.*, *ibid.*
- <sup>16</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p. 4.
- <sup>17</sup> Cf. Silvano SANTIAGO. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *Cultura brasileira: tradição e contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987. p. 111-145.
- <sup>18</sup> Cf. Edgard SANTOS. Na instalação do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. In: \_\_\_\_\_. *Afirmações e testemunhos*. Salvador: Departamento Cultural da Universidade Federal da Bahia, 1971. p.68-69. Optamos pela versão publicada do discurso, por tornar mais claro o excerto do texto original, p.6-7.
- <sup>19</sup> Cf. *id.*, Discurso na Sessão de Abertura. p.8. DEA-D.
- <sup>20</sup> Cf. *id.*, Na Academia de Ciências de Lisboa. In: \_\_\_\_\_. *Afirmações e testemunhos*, *op. cit.*, p.98-104.
- <sup>21</sup> Cf. Marcello CAETANO. Discurso na Sessão de Abertura do Colóquio. p.4. DEA-D.
- <sup>22</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p.5.
- <sup>23</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p.6.
- <sup>24</sup> Cf. George AGOSTINHO DA SILVA. Condições e missão da comunidade luso-brasileira. *Ibid.*, DEA – Comunicações, resumos e relatórios (C).
- <sup>25</sup> Cf. Raimundo Bomfim da SILVA. Súmulas das reuniões da mesa-redonda *Problemas africanos de interesse luso-brasileiro*, *ibid.*, DEA-Mesas-redondas (MR).
- <sup>26</sup> Cf. George AGOSTINHO DA SILVA. Condições e missão..., p.1. DEA-C.
- <sup>27</sup> Cf. *id.*, COLÓQUIO... 4. Livro dos resumos. Salvador: Imprensa Oficial, 1959. p.23. Resumo da comunicação.
- <sup>28</sup> Cf. *id.*, Condições e missão..., p.1.
- <sup>29</sup> Cf. *id.*, *ibid.*
- <sup>30</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p.8.
- <sup>31</sup> Cf. *id.*, COLÓQUIO... 4. Livro dos resumos. *op. cit.*, p.23.
- <sup>32</sup> Cf. *id.*, Condições e missão..., p.4.
- <sup>33</sup> Cf. Raimundo Bomfim da SILVA. Súmula da Primeira Reunião da mesa-redonda *Problemas africanos de interesse luso-brasileiro*. p.3. DEA-MR.

<sup>34</sup> Cf. id., ibid.

<sup>35</sup> Cf. George AGOSTINHO DA SILVA. *Condições e missão...*, p.7.

<sup>36</sup> Cf. id., ibid.

<sup>37</sup> Cf. Francisco VIEIRA DE ALMEIDA. *Analogia e diferença de gênese*, ibid., DEA-C.

<sup>38</sup> Cf. id., ibid., p.23.

<sup>39</sup> Cf. id., ibid., p.8.

<sup>40</sup> Cf. id., ibid.

<sup>41</sup> Cf. id., ibid., p.22.

<sup>42</sup> Cf. id., ibid.

<sup>43</sup> Cf. id., ibid.

<sup>44</sup> Cf. id., ibid., p.23-24.

<sup>45</sup> Sobre os instrumentos diplomáticos, cf. Williams GONÇALVES, *op. cit.*, José Calvet de MAGALHÃES. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal, 1997, bem como José CAEIRO DA MATTA. *A comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1955.

<sup>46</sup> Cf. id., ibid., p.24-25.

<sup>47</sup> Cf. id., ibid., p.25.

<sup>48</sup> Cf. id., ibid.

<sup>49</sup> Cf. Jairo SIMÕES. Súmula da Sessão (11.08.1959) p.1-2. DEA-Secretarias das Secções (S).

<sup>50</sup> Cf. Raimundo Bomfim da SILVA. Súmula da primeira reunião da mesa-redonda *Problemas de estudos luso-brasileiros*, p.2-3. DEA-MR.

<sup>51</sup> Cf. id., ibid., p.4.

<sup>52</sup> Cf. Jairo SIMÕES, *op. cit.*, p.2. DEA-S.

<sup>53</sup> Cf. id., ibid.